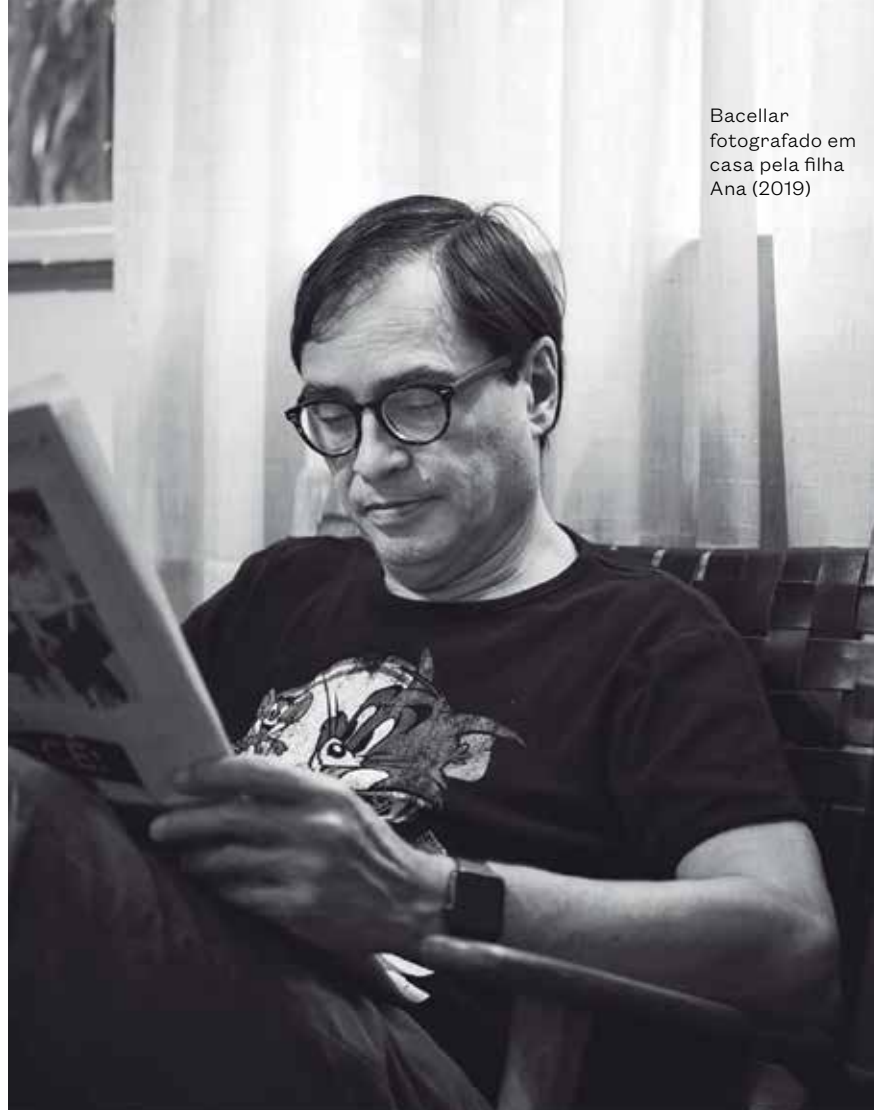


# Um guardião do passado paulista

O historiador Carlos Bacellar pesquisou as relações sociais no período colonial e promoveu gestão transformadora no Arquivo Público do Estado de São Paulo

**FERNANDA RAVAGNANI**



Bacellar fotografado em casa pela filha Ana (2019)

O historiador paulistano Carlos de Almeida Prado Bacellar nutria grande amor pelos documentos históricos e pelos “maços de população”, listas escritas à mão com nomes e dados de moradores das vilas das capitanias nos séculos XVIII e XIX. Tanto que amigos e familiares providenciaram com o Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp) a reprodução de uma dessas listas, sua preferida, para ser sepultada junto com ele. O pesquisador morreu no dia 15 de março, em São Paulo, após conviver por cerca de três anos com a esclerose lateral amiotrófica (ELA).

Os arquivos ocuparam lugar central na trajetória do historiador, em duas frentes: como fonte para seus estudos sobre a vida na São Paulo colonial e como objeto de um trabalho de gestão, durante o período em que esteve à frente da expansão e reestruturação do Apesp, entre 2007 e 2013. “Ele foi um grande divulga-

dor das listas nominativas, documentos oficiais que surgiram na capitania de São Paulo a partir de 1765”, diz a historiadora Maria Aparecida de Menezes Borrego, docente e vice-diretora do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (USP).

Inicialmente motivadas por questões militares, as listas passaram a reunir também informações com os nomes dos donos e dos moradores das propriedades, a atividade econômica que desempenhavam e o patrimônio dessas pessoas. “São listas riquíssimas do ponto de vista histórico”, comenta a pesquisadora. Segundo Borrego, o trabalho de Bacellar foi inovador ao cruzar vários tipos de fontes, incluindo as eclesiásticas, que registravam batismos, casamentos e mortes, para acompanhar a trajetória de famílias e investigar relações sociais.

A região do oeste paulista foi um dos alvos de interesse do historiador, por influência de suas origens familiares, e a ela dedicou boa parte da vida acadêmica,

integralmente percorrida dentro do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Sob orientação da historiadora Maria Luiza Marcílio, destacou-se já na dissertação de mestrado, defendida em 1987 e publicada mais tarde em livro com o título *Os senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855* (Centro de Memória Unicamp, 1997).

“Nesse trabalho, ele analisou a elite agrária, explorando listas de várias localidades para compreender o crescimento e a transmissão do patrimônio daquelas famílias”, diz Borrego. Amparado na metodologia da demografia histórica, o pesquisador evidenciou estratégias como a antecipação da herança ao filho mais velho, frequentemente na forma de pessoas escravizadas, e a concessão de dotes às filhas. “Bacellar mostrou ainda que a origem do capital dessas famílias era a própria terra, em contraste com interpretações que atribuíam esse acúmulo a outras atividades, como o comércio.”

No doutorado, concluído em 1995, o historiador voltou-se para a vila de Sorocaba (SP), com o objetivo de analisar de forma aprofundada, a partir das listas nominativas, o cotidiano da região em suas diferentes camadas sociais. Também publicado em livro, *Viver e sobreviver em uma vila colonial – Sorocaba, séculos XVIII e XIX* (Annablume, 2001), o trabalho inaugura um eixo de investigação que atravessaria toda a sua carreira: as relações interpessoais de apadrinhamento e compadrio, inclusive entre pessoas escravizadas, e o fenômeno do abandono de bebês, a “exposição”, no termo da época.

Segundo a tese de Bacellar, essa prática não se restringia às formas institucionalizadas, como as rodas de expostos nas santas casas de Misericórdia. “Ele foi um dos primeiros pesquisadores a investigar o abandono de crianças no Brasil colonial à porta dos domicílios”, ressalta o historiador André Luiz Cavazzani, que foi orientado por Bacellar no doutorado sobre esse tema e hoje é professor do Centro Universitário Internacional (Uninter), em Curitiba (PR). “A intimidade que mantinha com os arquivos lhe permitia decifrar com precisão o que aqueles documentos revelavam.”

Entre os conceitos que desenvolveu está o de “escravidão miúda”, referente

à posse de uma a cinco pessoas escravizadas e às relações daí decorrentes, bastante distintas daquelas observadas em grandes propriedades, com 40 ou mais indivíduos. “Ao evidenciar as múltiplas facetas da escravidão, ele revelou a complexidade de uma sociedade profundamente desigual e diversa”, observa a historiadora Ana Silvia Volpi Scott, do Departamento de Demografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). “Além disso, voltou-se para as questões de gênero e para o papel das mulheres naquele período. Um dos pontos centrais de seu trabalho como historiador era justamente demonstrar a impossibilidade de generalizações.”

Em 1985, ingressou como historiógrafo no Apesp onde trabalhou ao mesmo tempo que concluía a formação acadêmica. Em 2003, tornou-se docente do Departamento de História da USP. Em seu trabalho mais citado, o capítulo “Uso e mau uso dos arquivos” do livro *Fontes históricas*, organizado por Carla Bassanezi Pinsky (Contexto, 2006), Bacellar elaborou um manual prático explicando cada tipo de documento histórico e como consultá-lo. “Cabe ao historiador, ao acessar tais documentos [maços e volu-

mes embolorados, corroídos por insetos, jogados no chão em total desordem], o papel fundamental de alertar para sua importância, pressionando por melhores atenções para com os registros do passado”, adverte no texto.

Após três anos como supervisor do Museu Republicano de Itu (SP), extensão do Museu Paulista da USP, assumiu, em 2007, a coordenação do Apesp. À frente da instituição, liderou sua reestruturação e articulou a construção de um edifício com 20 mil metros quadrados especialmente projetado para a conservação de documentos, inaugurado em 2012. “No que diz respeito a arquivos públicos, a infraestrutura do prédio é única no Brasil e talvez seja a melhor da América do Sul”, afirma o historiador Thiago Nicodemo, atual diretor do Apesp e docente da Unicamp.

Ele destaca ainda que, durante a gestão de Bacellar (2007-2013), a transferência da governança do órgão para a Casa Civil do Estado tornou viável a realização de 60 concursos públicos. “O sistema de arquivos já existia, mas graças ao prédio e aos concursos se consolidou como modelo de gestão pública”, prossegue Nicodemo.

Bacellar atuou também na centralização dos dados para viabilizar a Lei de Acesso à Informação, que entrava em vigor naquele período, e no projeto Memórias Reveladas, criado em 2009, para preservação de documentos ligados à repressão política nos anos da ditadura militar (1964-1985). “A gestão dele frente ao arquivo é memorável, resultado de sua grande capacidade de liderança, negociação, articulação de alianças e construção de projetos”, constata o historiador Renato Pinto Venancio, da Escola de Ciências da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Apesar da progressão da doença degenerativa, que começou a se manifestar no final de 2022 e o impossibilitou de falar e de se movimentar, Bacellar manteve-se ativo, participando de eventos e orientando alunos. Ainda em dezembro de 2025, esteve em uma banca, usando um equipamento movido a inteligência artificial que reproduzia a sua própria voz.

O historiador morreu em casa aos 66 anos. Deixa a esposa, Heloisa Bacellar, chef de cozinha e escritora, com quem se casou em 1986 e teve as filhas Isabel, bioquímica, e Ana, fotógrafa, falecida em 2021. ●

Bacellar foi um dos primeiros a pesquisar o abandono de crianças no Brasil Colônia